

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	9
Prefácio, por DANIEL MITIDIERO.....	11
Introdução	17

Parte I.

Dever de Justificação entre a Perspectiva Moderna e o Estado Constitucional Contemporâneo

1. Dever de justificação na Passagem para a Modernidade: Aproximação Histórica	23
1.1. Antecedentes no Direito Comum	26
1.1.1. Em Geral.....	26
1.1.2. Em Particular: os Traços do Dever de Justificar no Direito Comum Ibérico	27
1.2. Absolutismo e Codificação: a Passagem para a Modernidade	32
1.3. Concepção Moderna de Processo, Codificação e Dever de Justificação das Decisões Judiciais	36
1.3.1. O Exemplo Francês	38
1.3.2. A Reforma de Frederico II na Prússia	42
1.3.3. A Modernidade em Espanha e Portugal	43

1.4. Vinculação do Juiz à Lei e Dever de Justificação: Virtude Democrática da Concepção Moderna do Dever de Justificar	48
1.5. Funções Endoprocessual e Extraprocessual do Dever de Justificação: do contraste em perspectiva histórica à complementariedade em perspectiva funcional	53
1.6. A Evolução da Legislação Luso-Brasileira em Relação ao Dever de Justificar entre o Direito Comum e o Direito Moderno.....	57
2. Dever de Justificação no Estado Constitucional Contemporâneo	61
2.1. O Processo Civil no Estado Constitucional e o Processo como uma Comunidade de Trabalho: Superação do Modelo Moderno de Processo Assimétrico e centralidade do contraditório	61
2.2. Administração Democrática da Justiça: Justificação, Contraditório e Publicidade. Ainda as Funções Dialética e Política da Justificação	67
2.3. Natureza Jusfundamental do Dever de Justificação: da Constituição às Normas Fundamentais do Código de Processo Civil	70
2.4. O Dever Constitucional de Justificar Alcança Todas as Decisões Judiciais, sob Pena de Nulidade: do Estado que Impõe ao Estado que Justifica	73

Parte II.

O Conteúdo do Dever Constitucional de Justificar as Decisões Judiciais: da Constituição ao Novo Código de Processo Civil

1. Justificação, Racionalidade e Justiça das Decisões	77
1.1. O Primeiro Pressuposto: do Descobrimento à Justificação. Uma Distinção Útil para a Compreensão do Dever de Justificar.....	85
1.2. O Segundo Pressuposto: a Interpretação-Atividade e a Necessidade de Distinção entre a Justificação Interna e a Justificação Externa	89
1.3. O Terceiro Pressuposto: a Interpretação-Resultado e a Necessidade de Coerência e Universabilidade da Decisão.....	92

1.4. O Quarto Pressuposto: a “Solidária Influência entre Direito e Fato” e a Especificidade da Justificação em Matéria de Direito e de Fato.....	93
2. Justificação dos Juízos Fáticos	97
2.1. Código de Processo Civil e a Justificação dos Juízos Fáticos	97
2.2. Em Busca da Racionalidade: a Tendência Irracionalista e a Perspectiva Epistêmica	98
2.3. Justificação do Emprego de Máximas de Experiência	104
2.4. Necessidade de Análise de Todas as Provas Produzidas e sua Relação com as Demais Provas	106
2.5. Justificação dos Juízos Fáticos e os <i>Standards</i> Probatórios: uma Equivocada Correlação	108
2.6. Imediação e os Juízos Probatórios: uma Perspectiva Modesta sobre a Função da Imediação.....	113
2.7. A Justificação da Formulação do Juízo de Fato: Elementos para a sua Construção	118
3. A Justificação em Direito	121
3.1. A dupla indeterminação do Direito e das normas: interpretação, justificação e formação precedentes judiciais	121
3.2. Decisão e Labor Reconstrutivo da Ordem Jurídica: a Necessidade de uma Justificação Concreta, Dialogada e Completa	126
3.3. Decisão e Necessidade de Enfrentamento do Caso.....	132
3.4. O Processo como Comunidade Argumentativa de Trabalho: do Ônus de Alegar ao Dever de Decidir. O Contraditório como Parâmetro Regulativo da Fundamentação	135
3.5. Justificação em Face da Interpretação e da Aplicação de Precedentes	136
3.6. O Problema da Aplicação de Princípios e Superação de Regras na Justificação	147
4. Em Busca de uma Síntese: a Fórmula dos “Motivos Suficientes”, o Contraditório e Justificação Analítica: Problemas Correlacionados aos Elementos da Decisão Motivada	148
4.1. A Justificação <i>per Relationem</i> e o Problema da Justificação da Identidade	162

4.2. A Irrelevância Substancial da “Concisão” como Característica da Decisão.....	163
4.3. A Extensão e o Conteúdo do Dever de Justificar: Parâmetros Objetivos para o Controle da Justificação. Dos Motivos Suficientes ao Dever de Dialogar.....	165
Conclusões.....	167
Referências bibliográficas.....	177